

---

## RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 537/2018/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 11 de julho de 2017, vem dentro do prazo legal, e com fulcro na legislação vigente, especialmente Decreto Estadual nº 840, de 10 de fevereiro de 2017, prestar esclarecimento ao questionamento formulado por **Floram Engenharia e Meio Ambiente LTDA, Floram Engenharia e Meio Ambiente LTDA**, relativo ao edital da Concorrência Pública nº 001/2018/SEMA, cujo objeto é a Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS (Abrangência: Todo o Estado de Mato Grosso), realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, conforme segue:

A empresa Floram encaminhou o seguinte questionamento, a Comissão de licitação:

## 2. DISPOSIÇÕES LEGAIS IMPUGNADAS

### 2.1. REFERENTE AO PRAZO DE VALIDADE DE DOCUMENTOS

O edital no subitem 4.3.3. - Regularidade Fiscal, bem como o ANEXO I-A, no Subitem 1.5. Documentação de Habilitação, estabelecem que:

**NOTA:** Considerar-se-ão como válidos pelo prazo de **06 (meses)**, contados a partir da data de sua emissão, os documentos que não apresentarem, expressamente, o prazo de vigência ou que não vierem acompanhados da cópia da Lei ou de instrumento legal equivalente que defina o respectivo prazo de validade. (Grifamos).

O subitem 4.6 do edital estabelece que:

"Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem todos os documentos solicitados, ou, fazendo-o, tenham exibido documentos com validade vencida na data da abertura desta licitação, considerando-se que aos documentos cuja validade não esteja expressa no texto documental será a eles atribuída validade máxima de sessenta dias contados da data das suas respectivas emissões. (Grifamos).

### 2.2. REFERENTE A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O Subitem 4.3.4. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira para EMPRESA de GRANDE PORTE, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA, do edital, estabelece que:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma de Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, comprovando patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para o lote, consubstanciado no seguinte índice:

$$ILC = AC/PC$$

Onde: ILC = Índice de Liquidez Corrente; AC = Ativo Circulante; PC = Passivo Circulante.

Somente serão habilitados os licitantes que obtiveram ILC igual ou superior a 1,5 (um e meio), apurado no balanço.

Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 0,50 (cinquenta centésimos), calculado pela fórmula:

$$IE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

No Anexo I-A são encontradas as seguintes exigências sobre os índices contábeis:

#### 1.5.4. Documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

II A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, cujos dados serão extraídos das informações da balança da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei, sendo adotado para habilitação apenas resultado igual ou maior que 1,0000.

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

### 2.3. REFERENTE A PROPOSTA TÉCNICA

Com relação a PROPOSTA TÉCNICA, o edital apresenta as seguintes regras:

#### 6.1.1. Proposta Técnica

Constarão da PROPOSTA TÉCNICA a concepção técnica e de gestão, a estrutura organizacional e da equipe técnica, sendo que apenas a qualificação técnica da equipe será pontuada conforme critérios estabelecidos neste documento. Enquanto que a proposta de concepção técnica e de gestão será avaliada apenas como apta ou inapta. (Grifamos)

Esta mesma informação consta do subitem 1.3 do Anexo I-A.

### 2.4. REFERENTE A NOTA DE PREÇOS

O edital estabelece a seguinte regra para calcular o índice de preços da proposta de cada Licitantes

7.8 A nota de preços será calculada conforme os seguintes critérios:

$NP = M/P \times 100$ , onde:

NP = Nota de Preço atribuída à Proposta de Preços do Licitante;

$M = V_o - M_p$

2

$V_o$  = valor orçado para SEMA/MT.

$M_p$  = Média aritmética dos preços totais propostos por todos os Licitantes classificados.

P = Preço Total proposto pelo Licitante em anátes.

7.8.1 A Nota de Preço (NP) atribuída à Proposta de Preços fica limitada a 100 (cem) pontos.

7.8.2 O quociente M/P terá seu valor limitado a 100 (um inteiro).

### 2.5. REFERENTE A COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

Com relação a EQUIPE TÉCNICA, referente a comprovação de Capacidade Técnico-profissional do Coordenador Geral o edital apresenta as seguintes regras:

#### 6.1.1.3. EQUIPE TÉCNICA

- a) Coordenador Geral: Profissional de nível superior, com experiência em coordenação de equipe multidisciplinar e na execução de estudos e planos na temática Resíduos Sólidos. Comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação. (Grifamos)

A informação de apresentação de CAT e ART para o Coordenador Geral são encontradas também no Edital no subitem 14.1.15 "a" (página 44 do edital) e subitem 14.1.15 "e-a" (página 45 do edital); no Anexo I - Termo de Referência no subitem 15.3.1 "a" e no subitem 19.2.6.2.1; no Anexo I-A no subitem 1.3.4 "I" e, por fim, na Minuta do Contrato - Anexo IX, no subitem 5.1 "a".

No subitem 19.2.6.2 do ANEXO I – Termo de Referência e na Minuta do Contrato Anexo IX subitem 3.20.2 encontra-se a seguinte regra:

**"O Coordenador deverá apresentar ATESTADO fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove sua experiência em estudos e/ou planejamento na área de resíduos sólidos" (Grifamos).**

O Subitem 3.20.2.1, da Minuta do Contrato Anexo IX, estabelece que

**"O Coordenador deverá apresentar a Certidão de Acervo Técnico (CAT), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em coordenação, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato". (Grifamos)**

Adicionalmente, no subitem 6.1.1.3.1.1 QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, na parte sobre Equipe Técnica (página 15 do Edital) na alínea "a" **Serviços de Coordenação Geral**, consta o quadro a seguir, onde destacamos a coluna "Quantidade de Pontos por Atestado" e "Número máximo de Atestado para Pontuação".

#### EQUIPE TÉCNICA

a) Serviço de Coordenação Geral (Pontuação máxima = 22,00 pontos): na avaliação do Serviço de Coordenação Geral já exercida por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo-se as:

Item	Características dos Serviços Experiência comprovada em	Quantidade de pontos por atestado	Nº Máximo de Atestado para pontuação	Quantidade máxima de pontos do item
A	Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	II	II	II

Quadro com estas mesmas informações é também encontrado no Subitem 16.1, Equipe Técnica alínea "a", do Anexo I-A.

Por sua vez, no Quadro do subitem 5 - **Critérios de Pontuação**, do Anexo II do Termo de Referência (página 102), que trata sobre o mesmo tema, para o **Coordenador Geral** há uma coluna para preenchimento de "Atendimentos nas CAT's apresentadas", uma sobre a "Quantidade de Pontos por atestado" e outra de "Número máximo de Atestado".

5 - CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO COORDENADOR GERAL						
ITEM	Item - Características dos Serviços Experiência comprovada em	Atendimentos nas CAT's apresentadas	VALOR PONTOS POR ATESTADO	NÚMERO DE ATESTADOS	VALOR PONTOS	PONTOS DA AVALIAÇÃO
A	Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos					

Com referência à comprovação da capacidade técnico-profissional da equipe técnica (Especialista Setorial), são encontradas as seguintes regras no edital e Anexo II do Termo de Referência

No subitem 6.1.1.3.1.1 QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA, na parte sobre Equipe Técnica, nas alíneas "b" até "i" **Serviços de Especialidade Setorial**, assim como no Subitem 16.1, Equipe Técnica alínea "b" até "i", do Anexo I-A, constam o quadro a seguir, onde destacamos a coluna "Nº Atestado/CAT" e "Número máximo de Atestado".

III) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I (Pontuação máxima = 7 pontos): Na avaliação do Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I já exercido por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus a:

Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Nº de Atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. <u>Elaboração projetos e/ou operações</u> de armazenamento, logística de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos	1	2	2

Nos Quadros do subitem 5 - Critérios de Pontuação, do Anexo II do Termo de Referência (páginas 103 a 111), para os oito Especialistas, há uma coluna para preenchimento de “Atendimentos nas CAT’s apresentadas”, uma sobre a “Quantidade de Pontos por atestado” e outra de “Número máximo de Atestado”.

ESPECIALISTA SETORIAL – ENGENHARIA I						
ITEM	Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Atendimentos nas CAT's apresentadas	Quant. Pontos por Atestado/CAT's	Nº Máx. de Atestados	Nº Máx. Pontos	Pontos da Equipe

Folha 01 de 01

## 2.6. REFERENTE A QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Sobre a QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA as regras do edital e termo de referência são as dos quadros a seguir, para os quais **destacamos em negrito/sublinhado** as de maior interesse.

### 6.1.1.3.1.1 QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

a) Serviço de Coordenação Geral (Pontuação máxima = 22,00 pontos): na avaliação do Serviço de Coordenação Geral já exercido por profissional de nível superior com experiência, serão atribuídas notas, a cada atestado, fazendo jus a:

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Quantidade de pontos por atestado	Nº Máximo de Atestado para pontuação	Quantidade máxima de pontos do item
A. <u>Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos</u> .	3	3	9
B. <u>Elaboração de Plano de Saneamento</u>	2,5	2	5
C. <u>Projetos Executivos</u> de Ampliação ou Implantação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos.....	2	2	4
D. Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos.....	2	1	2
E. <u>Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente</u> .	1	1	1
F. Estudo ou Plano de Operação ou Logística ou Gerenciamento ou Assessoria Técnica na Operação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos.....	1	1	1
TOTAIS			22

b) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia I

Experiência na Função - Itens - Características dos Serviços	Número de atestados/CAT	Nº Máximo de Atestado	Quantidade de pontos
A. <u>Elaboração projetos e/ou operações</u> de armazenamento, logística de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos	1	2	2
B. <u>Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços de área de resíduos sólidos dos serviços de saúde</u>	1	1	1
C. <u>Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços de área de resíduos sólidos da construção civil</u>	1	1	1
D. <u>Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução</u>	1	1	1

de serviço da área de resíduos sólidos de mineração			
E. Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão na execução de serviços da área de resíduos sólidos industriais	1	1	1
F. Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão na execução de serviços da área de resíduos sólidos agroalimentares	1	1	1
TOTAL			3

## c) Serviço de Especialidade Setorial – Engenharia II

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Número de atestados/CAT	Nº Mínimo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão na execução de serviços da área de resíduos sólidos dos serviços de saneamento	1	2	2
B. Elaboração de projeto de sistemas de drenagem urbana e rodoviário	1	1	1
C. Elaboração de projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários	1	1	1
D. Elaboração de estudos de impacto ambiental	1	2	2
E. Elaboração de planos de saneamento urbano	1	1	1
TOTAL			6

## d) Serviço de Especialidade Setorial - Meio Ambiente

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Número de atestados/CAT	Nº Mínimo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Investigação ambiental e/ou diagnóstico ambiental em áreas contaminadas por resíduos sólidos	1	2	2
B. Elaboração de estudos de monitoramento ambiental de empresas afins	1	1	1
C. Elaboração e/ou implementação de plano de recuperação de áreas degradadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos	1	1	1
D. Elaboração de estudos de impacto ambiental de áreas afins	1	1	1
E. Projetos e/ou operações de recuperação, reciclagem, aproveitamento, comercialização de resíduos sólidos urbanos	1	1	1
TOTAL			6

## e) Serviço de Especialidade Setorial - Comunicação e Mobilização Social

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Número de atestados/CAT	Nº Mínimo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Processo de articulação, comunicação e divulgação e promoção de eventos	1	1	1
B. Mobilização social e trabalho com catadores de materiais recicláveis e/ou Mobilização e sensibilização de diferentes setores sociais na implementação de planos e/ou projetos na área de gestão de resíduos sólidos	1	1	1
C. Implementação de uma Cooperativa Catadores de Material Reciclável ou Recicláveis	1	1	1
D. Elaboração de Programa de Treinamento e Capacitação na área de gestão de resíduos sólidos	1	1	1
E. Educação ambiental na área de gestão de resíduos sólidos	1	1	1
TOTAL			5

## f) Serviço de Especialidade Setorial - Analista de Sistemas

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Número de atestados/CAT	Nº Mínimo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Gestão de projetos	1	1	1
B. Criação e gerenciamento de bancos de dados	1	1	1
C. Montagem de sistemas de coleta, compilação e divulgação de dados	1	1	1
TOTAL			3

## g) Serviço de Especialidade Setorial - Socioeconômico

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Número de atestados/CAT	Nº Mínimo de Atestado	Quantidade de pontos
A. Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano	1	1	1
B. Implementação de processos de otimização da gestão de empresas de serviços públicos	1	1	1
C. Avaliação econômica e financeira de projetos, operação financeira de projetos públicos, análises tarifárias de serviço de limpeza e atividades relacionadas com estas áreas	1	1	1
TOTAL			3



## h) Serviço de Especialidade Setorial – Planejamento Urbano

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Número de Atendidos/CAT	Nº Máximo de Atendidos	Quantidade de Pontos
A. Estudo, plano e/ou projeto de desenvolvimento sustentável regional ou plano diretor urbano;	1	1	1
B. Coleta de dados e tratamento estatístico;	1	1	1
C. Geoprocessamento e análise de imagem	1	1	1
TOTAL			3

## i) Serviço de Especialidade Setorial – Jurídico

Item - Características dos Serviços / Experiência comprovada em:	Número de Atendidos/CAT	Nº Máximo de Atendidos	Quantidade de Pontos
A. Elaboração de instrumentos jurídicos pertinentes à gestão de serviços públicos essenciais e contratação do setor público e privado brasileiros	1	1	1
B. Assessoria jurídica a Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	1	1	1
C. Assessoria jurídica em Construção Pública	1	1	1
TOTAL			3

O subitem 14.1.15 "c" do Edital também estabelece que "Um mesmo profissional poderá ser indicado para efetuar simultaneamente a coordenação e elaboração de projetos ou para elaborar mais de um projeto".

Esta mesma informação encontra-se no subitem 19.2.5 "f" do Anexo I – Termo de Referência e no subitem 5.5 "f" do Anexo IX – Minuta do Contrato.

**3. DOS PRINCÍPIOS DA AMPLA COMPETITIVIDADE E OBTENÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**

A atividade administrativa rege-se por vários princípios, todos também aplicáveis aos procedimentos licitatórios, dentre os quais cita o princípio da legalidade. Decorrente destes princípios, aos certames há a aplicação de princípios específicos, sendo eles a ampla competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

A violação de quaisquer destes princípios vicia o processo podendo inclusive causar a nulidade do procedimento, senão vejamos.

O princípio da legalidade prevê que a administração somente pode praticar atos que lhe sejam permissivos por lei, princípio este aplicável em qualquer esfera ou ato da gestão pública.

Por sua vez, e não menos importante, os certames regem-se ainda e cumulativamente, pelos princípios da ampla competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

Neste contexto, nosso mandamento constitucional dispõe que, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Vale lembrar também que o edital, no procedimento licitatório, constitui Lei entre as partes e é

instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação, "ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: a da legalidade, da moralidade e da isonomia", bem como os contidos no Art. 3º, da Lei das Licitações, **in verbis**:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sendo vedado aos agentes públicos, nos termos do §1º, do referido dispositivo legal, a previsão, admissão, inclusão ou tolerância, nos atos de convocação, "cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo", ou qualquer outra "circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato".

Neste sentido também os artigos 44 e 45 da Lei 8.666/93 indicam a objetividade que deverá ser aplicada no julgamento das propostas.

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

§1º - É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

A violação do caráter competitivo, inclusive é tido como crime, segundo art. 90, do referido diploma legal:

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

Nestes termos qualquer previsão nos atos convocatórios, ou seja, nos termos editalícios, que viole, admita, inclua, preveja ou aceite cláusulas que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do certame é ILEGAL, constituindo-se inclusive em crime conforme tipificação citada.

A violação deste princípio implica correlatamente a violação dos princípios da legalidade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, e por consequência, deve ser tido como NULA.

#### 4. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Em aparo as considerações aduzidas, a Lei de Licitações prevê em seu art. 30, as exigências permissivas a comprovação da qualificação técnica. TODAS as demais, excedentes as legalmente previstas, SÃO CLAUSULAS QUE RESTRINGEM O CARÁTER COMPETITIVO DOS CERTAMES, impedindo a administração de buscar proposta mais vantajosa e para tanto, constituem-se em ILEGAIS.



O artigo 31 da Lei 8.666/93 dispõe os documentos que podem ser cobrados quando da fase de habilitação:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

§ 1o A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 5o **A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início a certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.**" (grifamos)

A boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva. Para tanto, a Administração deverá fixar os índices no ato convocatório. **A fixação taxativa no edital mostra-se necessária** para não se trazer insegurança ao licitante e ainda evitar qualquer discricionariedade no julgamento por parte da Comissão de Licitação. O índice escolhido deverá estar justificado no processo que instruiu a licitação.

Sobre este tema, vale apresentar o que o TCU já tratou:

"Exigência de índices financeiros e contábeis com restrição à competitividade do certame, em oposição ao que dispõe o § 5º do art. 31 da Lei 8.666/93.

[...]

Importante frisar-se o que dispõe o § 5º do art. 31 da Lei n. 8.666/93, no tocante aos valores atinentes aos índices econômico-financeiros exigíveis em licitações, que ora transcrevemos:

[...]

A abordagem que se faz é da inexistência de motivos razoáveis para a adoção de índices de liquidez tão elevados e fora da realidade econômica do setor, fatos ou situações que deveriam estar documentadas, de forma clara e objetiva, no processo administrativo correlato à licitação, o que leva a inferir ter sido este um subterfúgio utilizado para reduzir o número de empresas aptas a participarem do certame, mormente se considerarmos que a divulgação do certame deu-se exclusivamente no âmbito do Estado do Acre: não houve a publicação do aviso de licitação no Diário Oficial da União [...] — indicando ter havido grande interesse dos responsáveis pelo processo licitatório em manter-se restrito o número de licitantes interessados no certame."

No mesmo sentido, o Acórdão n. 170/2007 — TCU — Plenário decidiu que: "ausência de justificativa para os valores fixados para os índices contábeis de qualificação econômico-financeira, o que também está em desacordo com a Lei de Licitações, que estabelece, em seu art. 31, § 5º, que tais índices devem estar devidamente justificados no processo administrativo que tenha dado início ao procedimento

licitatório, sendo vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação da situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”.

Destarte, a exigência dos índices supra descritos constitui violação aos princípios insculpidos no art. 3º da Lei n. 8.666/1993, e está em dissonância com o disposto no § 5º do art. 31 da Lei n. 8.666/93 (TCU. Acórdão n. 0326-06/10-P. Sessão: 03/03/2010. Rel. Min. Benjamin Zymler). ”

A fixação dos índices deve ser suficiente para demonstrar a capacidade financeira da licitante em executar o contrato. Não se pode fixar índice excessivo ou insuficiente para se demonstrar a boa saúde da licitante em executar o objeto a ser pactuado. Esse entendimento foi fixado pelo TCU no Acórdão 170/2007, Plenário que entendeu ser “vedada a exigência de índices contábeis não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”.

Deverão ser fixados índices adotados usualmente utilizados no mercado. A Corte de Contas trouxe, no Informativo de Licitações e Contratos nº 077/2011, as seguintes informações acerca do julgamento da TC 023.583/2011, que envolvia uma Tomada de Preços onde foram exigidos índices não usualmente utilizados no mercado:

“Licitação de obra pública: 2 – De modo geral, para o fim de qualificação econômico-financeira só podem ser exigidos índices usualmente utilizados pelo mercado, sempre de maneira justificada no processo licitatório

Ainda na denúncia a partir da qual foi encaminhada notícia dando conta de pretensas irregularidades na Tomada de Preços 1/2010, realizada para execução do Convênio 657732/2009, firmado entre a Prefeitura Municipal de Davinópolis/GO e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – (FNDE), também foi apontada como irregular a exigência de índices de liquidez geral e liquidez corrente, bem como de grau de endividamento, não usualmente adotados para a correta avaliação da situação financeira. Instados a se pronunciar a respeito do fato, os responsáveis consignaram que, em seu entendimento, seria possível e plausível a indicação dos índices exigidos no edital para serviços de engenharia, um pouco superiores às demais categorias de serviços, estando de acordo com o disposto no art. 31, § 5º, da Lei 8.666/1993. Além disso, argumentaram que, considerando a complexidade da obra, a intenção foi de garantir o cumprimento das obrigações pela empresa contratada. Todavia, para o relator, ao contrário do afirmado pelos responsáveis, o edital não estaria em conformidade com a legislação, em face das grandes diferenças entre os índices usualmente adotados e os exigidos das empresas participantes do certame, conforme demonstrado pela unidade técnica. Nesse contexto, destacou que, no âmbito da Administração Pública Federal, a Instrução Normativa MARE 5/1995 definiu que a comprovação de boa situação financeira de empresa oriunda de localidade onde o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - (SICAF) não tenha sido implantado, será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente. As empresas que apresentassem resultado igual ou menor do que 1,0, em qualquer dos índices referidos, deveriam, então, apresentar outras comprovações e garantias. No caso examinado, observou-se que as exigências editalícias de índices maiores ou iguais a 5 (cinco) estavam muito superiores ao parâmetro normativo. Do mesmo modo, o grau de endividamento previsto no edital, menor ou igual a 0,16, estaria distante do índice usualmente adotado, que varia de 0,8 a 1,0. Além disso, em qualquer caso, ainda conforme o relator, seria obrigatório justificar, no processo licitatório, os índices contábeis e valores utilizados, o que não foi realizado. Por conseguinte, por essa e por outras irregularidades, votou pela aplicação de multa aos responsáveis, no que foi acompanhado pelo Plenário. Acórdão n.º 2299/2011-Plenário, TC-029.583/2010-1, rel. Min.-Subst. Augusto Sherman Cavalcanti, 24.08.2011.”

Por tudo que foi exposto pode-se concluir que:

- a exigência de qualificação econômico-financeira na fase de habilitação das licitações deve ser feita levando-se em consideração o caso em concreto, sob pena de se restringir a competitividade e,
- ao se estabelecer índices para a comprovação da boa saúde financeira do licitante, a Administração deve, além de fixá-lo de forma objetiva no edital, certificar-se de que o mesmo é suficiente para comprovar a condição financeira da licitante em executar o objeto pactuado. Também deve haver justificativa nos autos e ainda serem adotados índices usualmente utilizados no mercado.

O art. 30 da Lei de Licitações estabelece os critérios para a documentação relativa à comprovação da qualificação técnica das licitantes, entre os quais destacamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...) II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - [...];

§1º. A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§2º. As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório;

(grifo nosso)

Neste patamar, a qualificação técnica profissional será comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, LIMITADAS AS EXIGÊNCIAS a comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, sendo-lhe ainda VEDADA a exigência de comprovação com limitações outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.



#### 5. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Tanto o Edital como o Termo de Referência, bem como a Minuta do Contrato do Anexo IX, são genéricos, imprecisos e contém regras conflitantes em vários itens, tanto ao tratar das regras gerais do certame quanto em temas mais específicos como a qualificação técnico-profissional da equipe de profissionais a serem alocados para os serviços.

Desta forma, não há clareza e objetividade em várias das regras editalícias, dificultando e até impossibilitando as Licitantes a elaborarem suas propostas adequadamente. A interpretação das regras do edital, visando o seu atendimento, gera muitas dúvidas devido a diferentes possibilidades que se apresentam com base na leitura dos textos dos subitens que tratam do mesmo assunto. Em vários casos os subitens são conflitantes e até excludentes para uma mesma exigência, tornando-se impossível saber o que realmente será considerado como correto.

Neste sentido, sobre o **PERÍODO DE VALIDADE DOS DOCUMENTOS**, tem-se que pelas regras do edital os documentos apresentados pela Licitante, que não vierem com o prazo de vigência expresso no mesmo, são válidos até **6 meses (180 dias)** segundo o subitem 4.3.3, contados a partir da data da sua emissão, ou de **sessenta dias (2 meses)**, conforme o subitem 4.6.

Vejam que estas regras são conflitantes, não são compatíveis dentro do edital, gerando risco e insegurança, pois **não poderia ser definido dois períodos diferentes para a vigência de um mesmo documento**. Assim, a falta de definição precisa sobre a vigência dos documentos, bem como a falta de um texto objetivo e claro do edital, geram dúvidas quanto a sua interpretação.

Por exemplo, uma certidão de falência e concordata que não venha com validade expressa no documento, se for considerada como válida por 6 meses seria tempo excessivo para dar segurança jurídica a contratação pela administração pública. No entanto, se a Licitante for inabilitada por ter apresentado um documento emitido há mais de 60 dias, conforme o item 4.6, estaria indo de encontro a outra regra sobre o mesmo tema estabelecida no item 4.3.3. Assim, como poderá o edital considerar válido um documento cuja emissão tenha ocorrido passados 6 meses e ao mesmo tempo inabilitar a licitante se este documento tiver mais de 60 dias de emitido?

No que se refere a **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, também são encontrados erros e ilegalidades no edital que não podem ser considerados válidos, senão vejamos:

No edital, o subitem 4.3.4 "a" exige a comprovação de dois índices contábeis, ou seja, o Índice de Liquidez Corrente (ILC), cujo valor deve ser igual ou superior a 1,5 (um e meio), e o Índice de Endividamento (IE), cujo valor deve ser menor ou igual a 0,50 (cinquenta centésimos). Por sua vez, referente também a qualificação econômico-financeira da Licitante, o subitem 1.5.4 "b" do Anexo I-A do Termo de Referência exige 3 (três) índices contábeis, sendo o Índice de Liquidez Geral (LG), o Índice de Solvência Geral (SG) e o Índice de Liquidez Corrente (LC), admitindo-se "para habilitação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um)".

Estas discrepâncias ou conflitos encontrados no edital e termo de referência nas exigências dos índices para comprovação da boa situação financeira das empresas, são significativas e pode levar a condições excludentes para a habilitação das licitantes ferindo o princípio da isonomia, legalidade e competitividade.

Além de exigências de tipos diferentes de índices a ser apresentado para habilitação (2 índices no edital e 3 no TR), os valores exigidos para o Índice de Liquidez Corrente (1,5 pelo edital e no 1,0 pelo TR) e as fórmulas de cálculo do Índice de Endividamento e Solvência Geral levam também a resultados diferentes para estes mesmos índices ( $IE \leq 0,5$  pelo edital ou  $IE \leq 1,0$  pelo TR;  $SG \geq 1,0$  pelo TR ou  $SG \geq 2,0$  pelo edital).

Os cálculos referentes ao Índice de Endividamento (IE) e ao Solvência Geral (SG) são obtidos pelas fórmulas destes índices, sendo que a fórmula de cálculo do "IE" é o inverso do "SG".

Assim, quando o edital exige que o Índice de Endividamento (IE) seja menor ou igual a 0,50 (cinquenta centésimos), consequentemente o Índice de Solvência Geral (SG) deverá ser maior ou igual a 2,0 (dois). No entanto, o Termo de Referência estabelece que para habilitação admite-se que o "SG" tenha valor igual ou maior que 1,0 (um), o que implica em um "IE" menor ou igual a 1,00 (um).

Referente a **PROPOSTA TÉCNICA** também foram encontradas inconsistências no texto do edital e que precisam ser corrigidas, senão vejamos:

O Preâmbulo do edital de Concorrência Pública 001/2018/SEMA, estabelece que esta seria uma licitação do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, contudo os critérios de pontuação da proposta técnica e da determinação da Nota de Preços estabelecidas pelo Edital e seus anexos, não condizem com este tipo de licitação, devendo ser corrigido sob o risco de se tornar nulo o edital e o certame realizado.

No edital, o subitem 6.1.1. Proposta Técnica determina que "apenas a qualificação técnica da equipe será pontuada, enquanto que a proposta de concepção técnica e de gestão será avaliada apenas como apta ou inapta, ou seja, não será pontuado o texto da proposta técnica."

Por outro lado, o edital por meio do **subitem 7.8** estabelece os critérios para calcular a **NOTA DE PREÇOS** da proposta de cada Licitantes, adotando fórmula que privilegiará a Licitante que obtiver maior nota técnica, senão vejamos.

A fórmula de cálculo da **NOTA DE PREÇOS** praticamente transforma o critério de julgamento de "técnica e preço" para **"MELHOR TÉCNICA"**, sendo, portanto, incompatível com o princípio do julgamento objetivo da proposta (art. 3º, da Lei nº 8.666/1993).

Considerando  $NP = (M/P) \times 100$ , sendo "M" a média da soma entre o valor orçado pela SEMA e a média aritmética dos preços totais propostos por todos os licitantes classificados. Ao dividir "M" por "P" (Preço Total proposto pelo Licitante em análise), o valor de "NP" facilmente será maior que 1,0 (um). Basta, para tal fato ocorrer, que o valor de "P" seja inferior ao de "M" e assim o valor de "NP" ficará limitado a 1,00 (um), conforme determina o subitem 7.8.2.

Neste sentido, qualquer licitante que tenha ofertado um preço total que seja igual ou inferior ao valor do preço médio ofertado por todos os licitantes, ou até um pouco superior a esta média, terá  $NP=1,00$ , anulando o efeito de oferta de preços mais baixos pelos licitantes, privilegiando até certo ponto as propostas de preços mais altos. Só ficaria com NP inferior a 1,00 as propostas cujos preços fossem bem próximos ao máximo estabelecido pela SEMA/MT, considerando haver descontos de preços nas propostas dos demais licitantes.

Neste contexto, tornando-se as Notas de Preço da maioria das licitantes iguais a 1,00 estaria anulado o efeito de melhor preço da licitação para equilibrar a nota técnica obtida pela licitante. Ou seja, a Nota de Preço, neste contexto, passaria a ser insignificante no cálculo da Nota Final.

Seria então consagrado **VENCEDOR** o Licitante que obtivesse **MAIOR NOTA TÉCNICA**, devido ao critério de obtenção da Nota Final obedecendo a proporcionalidade de 70% atribuído a Nota técnica e 30% à nota de Preços, conforme subitem 10.1 do edital. Qualquer desconto que for ofertado por qualquer dos demais licitantes que não tiverem obtido a maior nota técnica, não seria suficiente para mudar a classificação da Nota Final da licitante que obteve melhor nota técnica, que seria declarada vencedora, pois as notas de preços seriam todas iguais a 1,00 (um).

Nestes termos é preciso corrigir a fórmula para estabelecer a **NOTA DE PREÇOS** para uma que preserve



o equilíbrio necessário e obrigatório na ponderação da NOTA TÉCNICA e a NOTA DE PREÇOS, para que restabeleça as diretrizes de uma licitação do tipo TÉCNICA E PREÇO, sob risco da Contratante cometer uma ilegalidade ao promover distorção nos critérios de julgamento das propostas e na classificação final das mesmas.

Vale frisar também, que o que deixa mais claro ainda a distorção existente nas regras do edital e que servirão para privilegiar como vencedora a obtenção apenas da maior Nota Técnica das Licitantes, sem se preocupar com qualquer tipo de desconto a ser oferecido, ou seja, concorrendo para tornar insignificante a Nota de Preços no cálculo da Nota Final, são os critérios de pontuação definidos para a Proposta Técnica e as excessivas exigências de apresentação de atestados pela equipe técnica, senão vejamos.

Sobre a **PROPOSTA TÉCNICA**, o Edital exige a apresentação de texto descritivo atendendo aos seguintes itens:

6.1.1.1 - CONCEPÇÃO TÉCNICA E DE GESTÃO

- a) Conhecimento do problema;
- b) Metodologia;
- c) Fluxograma de execução das metas e etapas e prazos.

6.1.1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- a) Organograma;
- b) Cronograma de permanência do pessoal;

6.1.1.3. EQUIPE TÉCNICA

6.1.1.3.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (NT)

Não obstante seja exigido uma proposta técnica com todos os elementos de uma licitação do tipo Técnica e preço, o edital, por meio do subitem 6.1.1 determina que "apenas a qualificação técnica da equipe será pontuada, enquanto que a proposta de concepção técnica e de gestão será avaliada apenas como apta ou inapta, ou seja, não será pontuado o texto da proposta técnica.

Ora, um dos principais parâmetros para avaliação da qualificação das Licitantes em relação ao objeto licitado, apesar de ter que ser apresentado corretamente, não será levado em conta para avaliação do desempenho das mesmas. Restou apenas o critério subjetivo de considerar o texto apto ou inapto, como artifício para habilitar ou inabilitar as empresas. Subjetivo porque não define parâmetros para avaliação do conteúdo do texto apresentado em item tão significativo para avaliar o conhecimento da licitante como a CONCEPÇÃO TÉCNICA E DE GESTÃO que cada empresa poderá propor para a execução do objeto licitado.

Por outro lado, os demais itens da Proposta Técnica são descritos no edital e seus anexos com inúmeros erros, conflitos de regras e omissões, que comprovam a impossibilidade de execução das regras e termos editalícios.

Sobre a **COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA** o edital determina que será composta por um Coordenador Geral e 8 (oito) especialistas. No entanto, o subitem 14.1.15 "c" do Edital também estabelece que "Um mesmo profissional poderá ser indicado para efetuar simultaneamente a coordenação e elaboração de projetos ou para elaborar mais de um projeto".

É necessário melhor esclarecimento e definição desta possibilidade, pois como está redigido o texto

entende-se que o coordenador poderá exercer também a função de um ou mais especialistas, assim como um especialista poderá substituir ou atuar em mais de uma especialidade, não sendo apontada a limitação para tal substituição.

Assim sendo, uma empresa que tenha em seu quadro um profissional formado em Engenharia Ambiental e Sanitária, com ampla experiência na área de saneamento e resíduos sólidos, para ser o Coordenador Geral, poderia também ser apresentado para pontuar em três especialidades, quais sejam Especialista Setorial Engenharia I, Especialista Setorial Engenharia II e ainda Especialista Setorial Meio Ambiente. Também, em não sendo o Coordenador, atuar nas três especialidades mencionadas.

Vejam que as exigências de comprovação destes quatro profissionais são plenamente compatíveis para um profissional Engenheiro Ambiental e Sanitária que tenha muitos anos de atuação na área de saneamento básico e meio ambiente, especialmente com resíduos sólidos.

Desta forma, se o edital não for bem claro sobre quantas funções os profissionais poderão exercer, fica estabelecido critério que interfere significativamente na formulação da proposta de preços e na composição da equipe técnica das licitantes, pois menos profissionais fariam parte da equipe e menos documentos a licitante deveria providenciar para a comprovação de experiência dos profissionais da equipe que apresentar. Por outro lado, isto refletiria também na segurança da equipe apresentada, pois um mesmo profissional estaria se comprometendo em realizar serviços de muitos outros profissionais o que poderia comprometer a qualidade de execução dos serviços.

Vale mencionar também, que não há definição clara do profissional para a função de Especialista Setorial Jurídico, sendo que em alguns itens do edital somente é mencionado ESPECIALISTA SETORIAL JURÍDICO e em outros é acrescentada a palavra ADVOGADO. Ora, entendemos que o profissional BACHAREL EM DIREITO ou outro profissional de meio ambiente com ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO AMBIENTAL teria habilitação técnica e legal necessárias para exercer esta função na elaboração do PEGIRS, não havendo função específica a ser exercida por um advogado nestes estudos.

Quanto a COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, vejamos que são apresentadas no Edital pelo menos 4 (quatro) formas diferentes para esta comprovação para o Coordenador Geral, cujas exigências acabam sendo conflitantes e confusas. Não se consegue estabelecer ao certo se deverão ser apresentados apenas CAT e ART (subitem 6.1.1.3 "a" do edital e outros), ou se deverão ser apresentados apenas os ATESTADOS (subitem 6.1.1.3.1 "a" do edital e subitem 19.2.6.2 do ANEXO I - TR), ou CAT e ATESTADOS (Subitem 5 do Anexo II do TR) ou se deverão ser apresentados CAT e ART dentro do prazo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato (Subitem 3.20.2.1 do Anexo IX).

Reforça este tipo de dúvidas sobre o Coordenador Geral o que se apresenta também, no Edital e Termo de Referência, sobre a comprovação da Capacidade Técnico-profissional dos Especialistas Setoriais, em relação a apresentação de Atestado e CAT, como se segue:

O subitem 6.1.1.3.1.1 "b" até "i" do edital, estabelece a quantidade de atestados/CAT e o número máximo de atestado a ser apresentado, para comprovação da qualificação técnica de cada um dos 8 (oito) especialistas. Esta mesma regra parece estar estabelecida no quadro 5 do Anexo II do Termo de Referência, mas não de forma clara, onde deverá ser registrado o atendimento nas CAT's apresentadas, os pontos por atestado/CAT e o número máximo de atestados.

Da análise de todos estes itens, verifica-se que há uma confusão geral sobre como deverá ser comprovada a qualificação técnico-profissional de todos os componentes da equipe técnica, principalmente para o Coordenador Geral.

Pode-se chegar às seguintes conclusões, com base no que foi apresentado acima:

- a) Para o COORDENADOR GERAL:
  - Apresentar apenas **CAT+ART**, sem necessidade de apresentar atestado; ou
  - Apresentar apenas **ATESTADOS**, sem registro no conselho profissional e sem CAT; ou
  - Apresentar **CAT e ATESTADOS**, podendo ser a CAT sem registro de atestado. Ou seja, a CAT foi obtida apenas com as informações da ART, sendo que o atestado não foi registrado no Conselho, mas se refere ao serviço especificado na CAT; ou
  - Elencar a **CAT e ART** no quadro da proposta para fins de pontuação, mas estes documentos seriam apresentados dentro do **prazo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato**. Não precisaria apresentar atestados; ou
- b) Para os ESPECIALISTAS SETORIAL:
  - Apresentar **CAT e ATESTADOS**, podendo ser a CAT sem registro de atestado. Ou seja, a CAT foi obtida apenas com as informações da ART, sendo que o atestado não foi registrado no Conselho, mas se refere ao serviço especificado na CAT; ou
  - Apresentar **ATESTADOS** registrados no Conselho acompanhada da respectiva CAT.

Neste contexto, como poderão os licitantes atender as regras editalícias para comprovação da qualificação técnico-profissional da equipe técnica sem risco de serem inabilitadas se o edital e seus anexos geram uma confusão enorme sobre o que deve ser apresentado de documentos?

Verifica-se também que em nenhum lugar do edital e seus anexos define claramente que para a comprovação da qualificação técnico-profissional da equipe técnica deverão ser apresentados ATESTADOS registrados no Conselho acompanhada da respectiva CAT, especialmente para o profissional que será designado como Coordenador Geral que é a principal função da equipe na condução do contrato e na interlocução com a administração pública.

Assim, consoante ao disposto no art. 30, da Lei de Licitações, vislumbra-se que as exigências de qualificação técnico-profissional não são coerentes e que esta comprovação deveria ocorrer mediante a apresentação de atestados registrados no conselho profissional competente, sendo que as formas definidas no edital e seus anexos são completamente desarrazoada, ilegais e restritiva a competitividade, pois não é previsto no dispositivo legal em comento e ainda, abrangida pela expressa vedação de exigência de comprovação possibilidades não previstas em Lei. É ilegal substituir a apresentação de atestados registrados no Conselho, por apresentação de ART, ou apenas da CAT ou, pior ainda, que a CAT + ART possam ser apresentadas apenas 15 dias depois de assinado o contrato para qualquer membro da equipe técnica.

Sobre a **QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA** verifica-se que são excessivas as exigências de comprovações por meio de atestados de capacidade técnica, visto que são exigidas números extensos de comprovações de experiência profissional de cada membro da equipe técnica, tornando-se em item desnecessário e que imprime rigorosas restrições de participação ao certame pelas empresas que atuam na área de resíduos sólidos, senão vejamos:

- a) Coordenador Geral
  - É exigida a comprovação de 6 (seis) itens diferentes de experiência profissional, consubstanciadas em 10 (dez) atestados;
- b) Especialidade Setorial – Engenharia I
  - É exigida a comprovação de 6 (seis) itens diferentes de experiência profissional, consubstanciadas em 7 (sete) atestados;

c) Especialidade Setorial – Engenharia II

É exigida a comprovação de 5 (cinco) itens diferentes de experiência, consubstanciadas pela apresentação de 6 (seis) atestados;

d) Especialidade Setorial – Meio Ambiente

É exigida a comprovação de 5 (cinco) itens diferentes de experiência, consubstanciadas pela apresentação de 6 (seis) atestados;

e) Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social

É exigida a comprovação de 5 (cinco) itens diferentes de experiência, consubstanciadas pela apresentação de 5 (cinco) atestados;

f) Especialidade Setorial – Analista de Sistemas

É exigida a comprovação de 3 (três) itens diferentes de experiência, consubstanciadas pela apresentação de 3 (três) atestados;

g) Especialidade Setorial – Socioeconômico

É exigida a comprovação de 3 (três) itens diferentes de experiência, consubstanciadas pela apresentação de 3 (três) atestados;

h) Especialidade Setorial – Planejamento Urbano

É exigida a comprovação de 3 (três) itens diferentes de experiência, consubstanciadas pela apresentação de 3 (três) atestados;

i) Especialidade Setorial – Jurídico

É exigida a comprovação de 3 (três) itens diferentes de experiência, consubstanciadas pela apresentação de 3 (três) atestados;

Ao total a Licitante deverá providenciar comprovação para 39 itens de experiência de sua equipe técnica, por meio de 46 atestados.

Neste panorama é correto afirmar que está ocorrendo exagero nas exigências de qualificação técnica, fugindo da razoabilidade e objetividade que deve nortear as exigências de qualificação técnico-profissional nas licitações públicas.

O que é ainda mais grave é a existência no edital de exigências que não se caracterizam como de parcelas relevantes ou similares em características ao objeto contratual.

Aliás, vale frisar que: **O EDITAL NÃO TRAZ A DESCRIÇÃO DE QUAIS PARCELAS SÃO CONSIDERADAS COMO RELEVANTES E PERTINENTES AO OBJETO LICITADO, conforme exigido pela Lei 8.666/93.**

Neste sentido destacamos os seguintes itens:

a) Para o coordenador Geral

É exigido no item "C" comprovação de execução de Projeto Executivo de Ampliação ou Implantação de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos.....

Tal exigência poderia se firmar em comprovação de "Projetos de engenharia", sem especificar o projeto executivo abrindo a possibilidade de comprovação de participação na equipe de Projetos Básicos, Projeto de Viabilidade etc, que comprovariam igualmente a experiência profissional, visto que o objeto licitado é elaboração de Plano de Resíduos Sólidos.

Também é exigido no item "E" comprovação de execução de **Elaboração de Plano Diretor Municipal de Meio Ambiente;**



Tal exigência poderia ser muito específica e trata-se de estudo que não é desenvolvido com este título em várias regiões do Brasil, por ser tratado por outros estudos que englobam este tema, tal como Plano Diretor Municipal e mesmo os Planos de Saneamento e PIGIRS dos municípios:

**b) Para o Especialidade Setorial – Engenharia I**

É exigido no item "A" a **Elaboração projetos e/ou operações** de armazenamento, logística de sistemas de coleta, transporte, transferência, tratamento e sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos,

Esta exigência ficou muito restritiva ao se considerar tão somente a Elaboração projetos e/ou operações, enquanto nos demais itens exigência similar envolve a **Elaboração de projetos e/ou implantação e/ou operação e/ou gestão ou execução de serviços da área**..... Deveria ser adotado a opção mais abrangente neste item.

Vejam que não é apontado que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional requisitado pelo edital. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

**c) Para o Especialidade Setorial – Engenharia II**

É exigido no item "B" **Elaboração de projeto de sistemas de drenagem urbano e rodoviário** e no item "C" a **"Elaboração de projeto de estação de tratamento de efluentes sanitários"**

Estas exigências ficaram muito restritiva, pois não se tratam de serviços similares ao objeto licitado, portanto é ilegal exigir experiência para as mesmas nesta licitação. O objeto licitado é um Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a comprovação de execução dos dois projetos mencionadas em nada se assemelha ao objeto licitado, sendo ilegal solicitar a comprovação dos mesmos.

Também não é apontado que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional requisitado pelo edital. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

**d) Para o Especialidade Setorial – Meio Ambiente**

Não é aceito para comprovação de experiência a apresentação de atestados deste profissional na elaboração de Plano Estadual, Regional ou Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nem de Planos de Saneamento, que são serviços similares ao objeto do edital.

Também não é apontada que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional de meio ambiente. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

**e) Para o Especialidade Setorial – Comunicação e Mobilização Social**

A exigências no item "C" de experiência em Implantação de uma Cooperativa Catadores de Material Reciclável ou Reutilizável é muito restritiva, pois não se trata de serviço similar ao objeto



licitado, portanto é exigência ilegal. O objeto licitado é um Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a comprovação de implantação de cooperativa é completamente desarrazoada e ilegal pois em nada se assemelha ao objeto licitado.

Da mesma forma, a comprovação de serviços em **Educação ambiental na área de gestão de resíduos sólidos** (subitem "E") é restritiva à competição, uma vez que as metodologias utilizadas na educação ambiental em outras áreas de meio ambiente são similares à utilizada em resíduos sólidos e deveria ser aceita para comprovação de experiência deste profissional.

Também não é apontada que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional requerido pelo edital. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

**f) Para o Especialidade Setorial – Analista de Sistemas**

A exigências no item "A" de experiência em **Gestão de Projetos** não é compatível com a função e atividades a serem desenvolvidas para este profissional especialista requerida pelo edital. A comprovação de gestão de projetos e/ou coordenação de projetos deve ser uma experiência a ser comprovada pelo profissional indicado como coordenador Geral e se exigida para os demais membros da equipe torna-se restritiva à competição entre as licitantes.

Também não é apontada que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional requerido pelo edital. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

**g) Para o Especialidade Setorial – Socioeconômico**

A exigências no item "B" de experiência em **"Implantação de processos de otimização da gestão de empresas de serviços públicos"** é considerada como restritiva, pois não se trata de serviço similar ao objeto licitado, portanto é ilegal exigir experiência para as mesmas nesta licitação. O objeto licitado é um Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a comprovação de execução do serviço acima mencionado não se assemelha ao objeto licitado, sendo ilegal sua solicitação para comprovação.

Também não é apontada que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional requerido pelo edital. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

**h) Serviço de Especialidade Setorial – Planejamento Urbano**

Também não é apontada que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional requerido pelo edital. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

**II) Serviço de Especialidade Setorial – Jurídico**

Também não é apontada que se aceita a comprovação de participação em equipe de elaboração de "Estudo Ambiental ou Monitoramento ou Assessoria para Obtenção de Licenciamento Ambiental de Serviços e/ou Unidades e Equipamentos de Gestão de Resíduos Sólidos", serviço característico da área de atuação do profissional requerido pelo edital. Mas isto é aceito apenas para o coordenador geral.

Com base na explanação feita anteriormente referente às exigências de comprovação de experiência e de apresentação de atestados, bem como do tipo de experiência requerida para os profissionais da equipe técnica, é correto afirmar que as exigências editalícias são amplamente restritivas ao caráter competitivo, inclusive pela falta de definição sobre as parcelas de maior relevância do objeto licitado, gerando ilegalidades que obrigatoriamente necessitam ser corrigidas.

Não há razoabilidade em ser exigido uma lista tão grande de experiência, demandando um número excessivo de atestados a serem apresentados. Isto gera restrição severa à participação das empresas e é ilegal.

Neste mesmo sentido, não se prevê que os profissionais possam comprovar a experiência em serviços similares ao objeto licitado, como participação na equipe de elaboração de PIGIRS. Tal condição somente é possível, pelas regras editalícias, para o Coordenador Geral. O que também gera tratamento desigual na avaliação da qualificação técnica entre os membros da equipe, o que igualmente é ilegal.

Outras exigências previstas na Lei 8.666/93, como a comprovação de registro do profissional nos Conselho Profissional competente, somente é apresentada nos anexos do edital, gerando dúvidas sobre a necessidade ou não de seu cumprimento.

Sendo assim, há necessidade de rever todo o e-texto do edital, corrigindo as inconsistências, conflitos e omissões ali existentes, bem como expurgar exigências excessivas e sem nexo com o objeto licitado, visto que elas são excedente aos limites legais impostos pelo art. 30, da Lei de Licitações, bem como, por violar o princípio da ampla competitividade dos certames e consequentemente, da obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

Para Corrêa, a má descrição do objeto licitado constitui-se em vício material que macula todo o procedimento então realizado. "Uma descrição incorreta do objeto pode acarretar para a Administração a obtenção de resultado indesejado, restando desatendido o interesse público que teria motivado a licitação".

Tem-se que é nulo o edital genérico, impreciso ou omissivo em pontos essenciais, ou que faça exigências excessivas ou impertinentes ao objeto da licitação. Edital incompleto, impreciso ou omissivo em pontos essenciais, permite que poucos saibam dos detalhes que serão utilizados no julgamento das propostas, o que fere os princípios basilares das licitações públicas.

Todos os doutrinadores, bem como a lei, são claros em afirmar e determinar que para a habilitação de empresas licitantes somente se faz necessário a apresentação dos documentos constantes da legislação aplicável, isto é, a Lei 8.666/93, sendo que as exigências excessivas de apresentação de documentos não devem ser válidas, sob pena de frustrar a livre concorrência, o princípio da isonomia e da legalidade.

UMH-11-2017/2018

**6. DOS PEDIDOS**

Ante a todo exposto, REQUER o conhecimento do presente e tempestivo recurso, para que ao final, quando de seu julgamento, proceda-se:

- a) CORREÇÃO quanto aos inúmeros erros, conflitos e omissões encontradas no edital apontados neste documento, além de outros que não foram aqui discutidos;
- b) ADEQUAÇÃO das exigências de qualificação técnico-profissional para patamares razoáveis de comprovação de experiência profissional para este tipo de estudo, reduzindo o número de atestados e o número de experiências a serem comprovadas;
- c) DEFINIR no edital quais são as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, conforme determina a Lei 8.666/93;
- d) CORREÇÃO da fórmula de NOTA DE PREÇOS para outra que mantenha o equilíbrio de avaliação da NOTA TÉCNICA e NOTA DE PREÇOS, como se exige para uma licitação do tipo técnica e preço;
- e) REPUBLICADO edital corrigido, nos termos do art. 21, §4º, da Lei Federal 8.666/93.

Quanto ao a divergência de prazo de validade dos documentos de habilitação e referente a qualificação econômica e financeira, a CPL informa que os mesmo serão devidamente padronizados na retificação do edital.

Quanto aos outros pontos elencados, a equipe técnica representada pela servidora Marcia Cleia Vilela dos Santos se manifestou no sentido:

---

*"Segue resposta aos questionamentos, lembrando que alterações estão sendo feitas no TR para atender esse demanda e no edital também.*

*b e c) - Não há possibilidade para atender, pois essa solicitação é referente a qualificação técnica da contratada (alta complexidade tecnológica e operacional, envolvendo alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado)*

*d) – A justificativa foi inserida no TR.", ou seja, a justificativa para a adoção das notas técnicas e de preços constantes no edital foram inseridas na alteração efetuada no TR, e a qual será devidamente publicada através da retificação ao edital e seus anexos.*

Cuiabá, 16 de julho de 2018.

Emmanuelle Silva Santos  
Presidente da CPL em substituição  
SEMA-MT